



Vitória para as sobreviventes da prostituição: PE vota a favor de medidas abolicionistas

Lisboa, 14 de setembro de 2023

*A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, coordenação em Portugal do Lobby Europeu das Mulheres, e [membro de uma coligação de mais de 120 organizações abolicionistas](#) que trabalham com sobreviventes e lutam pelos seus direitos, congratula-se por ver este relatório de iniciativa aprovado pelo Parlamento Europeu. Foi um voto pelas sobreviventes: por aquelas que escaparam e por aquelas que continuam presas na violência sistémica e na exploração da prostituição, e que merecem um futuro melhor. **As vozes e as necessidades das sobreviventes estão no centro do Modelo da Igualdade**, Ana Sofia Fernandes, Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres*

Com a votação de hoje, as eurodeputadas e os eurodeputados decidiram seguir o legado abolicionista da resolução Honeyball votada em 2014 e provaram o seu compromisso com uma Europa livre de violência contra as mulheres e raparigas.

As eurodeputadas e os eurodeputados confirmaram a sua posição abolicionista e transmitiram hoje uma mensagem poderosa ao votarem a favor do relatório de iniciativa sobre a regulamentação da prostituição na UE: as suas implicações transfronteiriças e o seu impacto na igualdade de género e nos direitos das mulheres, elaborado pela eurodeputada do S&D Maria Noichl. Com este voto, as eurodeputadas e os eurodeputados deixaram claro que a prostituição é uma forma de violência e que a implementação de programas de apoio e saída para as sobreviventes é a melhor forma de a combater. Este é um marco para as mulheres na Europa, uma vez que representam 90% das pessoas na prostituição e 87% das vítimas de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.

Após meses de mobilização e uma primeira votação positiva na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Género (FEMM), em 27 de junho de 2023, a maioria das eurodeputadas e dos eurodeputados acabou por confirmar a posição abolicionista do Parlamento Europeu, seguindo os passos da França, da Suécia e da Irlanda, países que provaram ser eficiente na redução da procura e dos casos de tráfico de seres humanos. O relatório elaborado pela eurodeputada Maria Noichl incentiva os Estados-Membros a adotarem uma perspetiva abolicionista que descriminalize as pessoas que se prostituem e salienta os efeitos negativos da descriminalização dos chamados “compradores de sexo” e de terceiros exploradores. Apesar de lamentarmos a supressão da exigência de medidas a nível da UE que introduzam legislação baseada no modelo nórdico/modelo da igualdade, congratulamo-nos com o empenho geral das eurodeputadas e dos eurodeputados na adoção de medidas abolicionistas.

Os eurodeputados enviaram um sinal forte para as mulheres, para a Europa, para a justiça e para a igualdade ao votarem a favor deste relatório: é uma forma clara de reafirmar que a exploração do

corpo da mulher não é aceitável. Compreenderam que não é realista classificar a prostituição como qualquer outra coisa que não seja violência, porque isso nunca atenuará os danos duros, sexistas, classistas e racistas que estão por detrás da compra de atos sexuais. As sobreviventes não podem esperar mais, estamos do seu lado e precisamos de programas de apoio e de saída robustos e bem financiados já, Mary Collins, Secretária-Geral em exercício do Lobby Europeu das Mulheres.

Ao abordar as causas profundas da prostituição, o relatório insiste particularmente na importância de garantir apoio de saúde, social, educativo e económico às pessoas em situação de prostituição, uma vez que a pobreza e a exclusão social estão na base desta forma de exploração sexual. A abordagem abolicionista tem como objetivo garantir às pessoas sobreviventes da prostituição instrumentos que lhes permitam recuperar o seu poder, a sua capacidade de ação e a sua autonomia, mas também coloca o ónus da estigmatização e da vergonha nos chamados “compradores de sexo”, que acreditam que o consentimento dado livremente pode ser comprado.

O relatório sublinha o impacto negativo da normalização da prostituição nas perceções e expectativas que os jovens e as jovens têm em relação à sexualidade e às relações entre mulheres e homens. Estudos realizados na Suécia demonstraram uma mudança positiva e significativa nas atitudes dos rapazes e dos homens depois de a Suécia ter adotado o Modelo da Igualdade. Na mesma linha, os estereótipos nocivos presentes nos conteúdos pornográficos e o seu impacto na sexualidade dos jovens foram também denunciados no relatório.

Esta votação é um sinal claro e um alívio para as sobreviventes da prostituição, mas também para todas as mulheres e raparigas na Europa, uma vez que reconhece a prostituição como uma forma de violência que tem de ser combatida e não promovida. Agradecemos às eurodeputadas e aos eurodeputados por estarem ao lado das sobreviventes e apelamos aos Estados-Membros para que implementem rapidamente as recomendações incluídas neste relatório”, Iliana Balabanova, Presidente do Lobby Europeu das Mulheres.

Conheça o trabalho em Portugal da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres [pela abolição do sistema de prostituição](#). Conheça também as [recomendações de políticas públicas entregues ao Governo por uma Estratégia Nacional de Prevenção e Apoio à Saída do Sistema de Prostituição](#).

Votar a favor deste relatório foi um ato democrático de proteção das mulheres em situação de prostituição. Efetivamente, apesar de algumas pessoas tentarem definir a prostituição como uma forma de “trabalho” – seja por negação, seja para obter lucros enquanto terceira parte – [inúmeros testemunhos de sobreviventes](#) comprovam que a prostituição é intrinsecamente violenta, sexista e racista. É uma forma de violência que afeta desproporcionalmente mulheres e raparigas, que representam 90% das pessoas na prostituição.^[1] As mulheres migrantes estão especialmente expostas a esta forma de violência, representando em média de 70 a 80% das pessoas na prostituição nos países europeus^[2]. É importante sublinhar mulheres e raparigas porque, mundialmente, 75% das mulheres na prostituição têm entre 13 e 25 anos^[3]. Além disso, várias organizações^{[4],[5]} publicaram relatórios nacionais que evidenciam que a maioria das mulheres na prostituição sofreu violência sexual antes de entrar na prostituição. Considerando todos estes elementos, devemos reconhecer que a prostituição está longe de ser uma escolha e representa nada mais do que a exploração da precariedade económica e social de mulheres em situação de vulnerabilidade, que deixariam a prostituição se realmente tivessem uma escolha.^[6]

Votar a favor deste relatório foi votar contra o tráfico de seres humanos. A prostituição alimenta o tráfico de seres humanos. 51% dos casos de tráfico na União Europeia têm como objetivo a exploração sexual, sendo que as mulheres e raparigas representam 87% dessas vítimas. A Comissão Europeia reconhece que entre os setores de alto risco para a exploração sexual, estão a “prostituição, agências de acompanhantes, bem como a indústria da pornografia”.

Votar a favor deste relatório foi votar a favor da legislação que melhor protege as sobreviventes. Este relatório promove a adoção do Modelo Nórdico/Modelo da Igualdade como a melhor legislação contra a prostituição. O Modelo da Igualdade baseia-se nas experiências vividas pelas pessoas sobreviventes e é amplamente apoiado por elas. Não estigmatiza as pessoas na prostituição, pois descriminaliza essas pessoas, ao mesmo tempo que criminaliza os chamados “compradores de sexo” que infligem danos físicos e psicológicos. Além disso, oferece programas de saída e apoio (habitação, saúde, emprego) para as pessoas na prostituição, capacitando-as para construir uma vida livre de violência e exploração.

Votar a favor deste relatório foi votar por uma definição coerente de consentimento. A definição de consentimento proposta neste relatório insiste na necessidade de as partes envolvidas serem autónomas e livres de qualquer tipo de coerção, incluindo a financeira, ao dar o consentimento, uma vez que, como referido no texto do relatório, *“o consentimento só pode ser dado livremente quando não há desequilíbrio de poder entre as pessoas envolvidas, e quando não há uso de ameaça, violência, engano e coerção, e que o consentimento obtido através da entrega ou recebimento de pagamentos ou benefícios é irrelevante”*.

Votar a favor deste relatório foi votar para cumprir com as nossas obrigações internacionais. De acordo com o [Artigo 6 da CEDAW](#), o [Artigo 9 do Protocolo de Palermo da ONU](#), e a [Diretiva Anti-tráfico da UE 2011/36/EU](#), a UE e os seus Estados-Membros têm a obrigação de desencorajar a procura que promove o tráfico para a exploração sexual, bem como a obrigação de criminalizar todas as formas de lenocínio de acordo com a [Convenção de 1949 das Nações Unidas](#).

Votar a favor deste relatório foi votar a favor de uma sociedade mais justa e igual. A igualdade entre mulheres e homens não poderá ser alcançada enquanto se permitir que homens explorem, comprem e abusem livremente de mulheres e raparigas marginalizadas e em situação de vulnerabilidade em busca de lucro, e enquanto se promover uma cultura de mercantilização sexual de mulheres e raparigas em toda a sociedade. O modelo Nórdico/Modelo da Igualdade defende os valores fundamentais da UE de igualdade e justiça para as sobreviventes.

A **Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM)** congrega três dezenas de organizações que convergem na defesa e promoção dos direitos das mulheres e no combate pela realização da igualdade entre mulheres e homens. É uma organização de utilidade pública que goza de estatuto consultivo especial junto do ECOSOC das Nações Unidas; e representa Portugal no Conselho Internacional de Mulheres, no Lobby Europeu de Mulheres e na Associação de Mulheres da Europa Meridional. É membro da Plataforma da Sociedade Civil da UE Contra o Tráfico de Seres Humanos e da Fundação das Mulheres do Euro-Mediterrâneo.

O **Lobby Europeu das Mulheres (LEM)** é a maior organização de associações de mulheres na Europa. Fundado em 1990, o LEM trabalha para promover os direitos das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens e representa mais de 2000 organizações em toda a Europa.

Para mais informações:

plataforma@plataformamulheres.org.pt
<http://plataformamulheres.org.pt/>

[Ana Sofia Fernandes 961267927](tel:961267927)

Sofia.Fernandes@plataformamulheres.org.pt